



**PARECER DAS COMISSÕES PERMANENTES:
COMISSÃO DE:
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.
FINANÇAS E ORÇAMENTO.
EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER.**

PARECER CONJUNTO.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 3/2022

AUTORIA: Sr. Prefeito

EMENTA: Cria a Gratificação de Valorização do Ensino Municipal a ser paga aos Profissionais da Educação Escolar Básica e dá outras providências.

I – RELATÓRIO E OBJETIVOS DO PROJETO:

O Projeto cria a **GRATIFICAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL**, para atender o percentual estabelecido no artigo 26 da Lei Federal 14.113/2020 e o **ABONO ESCOLAR**, disponibilizando o valor de R\$ 10.949.508,70 (Dez milhões, novecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e oito reais e setenta centavos).

Os valores individualizados, serão estabelecidos/liquidados, segundo os critérios fixados no Anexo Único, tais como: titularidade e exercício profissional na rede municipal de ensino, assiduidade, superação de metas estabelecidas nas avaliações das Unidades Escolares do ensino público municipal e da meta estabelecida para a rede municipal de ensino e jornada de trabalho.

II – PARECERES:

As competências das Comissões que a este parecer conjunto subscrevem, estão especificadas no Regimento Interno (artigo 40, c/c o artigo 125).

O assunto corresponde a interesse local do Município, de forma que este é o ente competente para propô-lo, nos termos do art. 30, I, da CF/88.

Quanto a competência da autoridade, correta a iniciativa do Prefeito, já que a matéria dispõe sobre a regime jurídico dos servidores públicos municipais, atendendo assim, o princípio da separação dos Poderes, disposto no art. 2º, 61 e 167, VI da CF/88, e do art. 5º da Constituição do Estado de São Paulo.

No tocante a forma (ato normativo) utilizado, bem como seu status na escala hierárquica normativa, consideramos correta a forma de lei complementar, já que não se insere no rol de leis complementares, estabelecido no art. 270 da LOMF.

No que se refere à análise material, entendemos que há adequação do conteúdo do projeto com os preceitos da Constituição Federal.

Também não vislumbramos confronto no aspecto legal, o Projeto também conta com a Metodologia e a Declaração de Impacto Financeiro do ordenador de despesa, conforme prevê os artigos 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao mérito o Projeto atende demandas da educação.



Assim, quanto aos aspectos da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, o Projeto está adequado às normas do Ordenamento Jurídico Brasileiro.

No tocante ao Quórum de votação, exige-se **maioria absoluta de votos**, nos termos da LOMF, **em um turno de discussão e votação**, conforme decisão judicial exarada no Mandado de Segurança 1004923-27.2015.8.26.0196.

III – DECISÃO DAS COMISSÕES:

A Comissão de Justiça e Redação, em seus estritos limites, remete o Projeto à alta consideração e deliberação do Augusto Plenário, a quem cabe à decisão final, pois a matéria está redigida e elaborada dentro das normas legais e das normas técnicas de redação legislativa.

Quanto às Comissões de Mérito, conclui-se que não há óbice ao Projeto em questão.

Ao Egrégio Plenário, para decisão soberana.

Câmara municipal, em 11 de fevereiro de 2022.

AS COMISSÕES DE:

LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Ver. Carlinhos Petrópolis

Ver. Luiz Amaral.

Ver. Daniel Bassi.

Ver. Zezinho Cabeleireiro.

Ver. Pastor Palamoni.

FINANÇAS E ORÇAMENTO.



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA
ESTADO DE SÃO PAULO
www.franca.sp.leg.br



Ver. Gilson Pelizaro.

Ver. Ilton Ferreira

Ver. Kaká.

Ver. Zezinho Cabeleleiro.

Ver. Lurdinha Granzotte.

EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER.

Ver. Marcelo Tidy

Ver. Kaká

Ver. Donizete da Farmácia.